



• Áreas de instabilidades com chuvas acompanhadas de descargas elétricas avançam do Paraguai em direção as regiões oeste e sudoeste do Paraná.

Mín: 13° C em Curitiba
Máx: 26° C em Londrina

Fonte: Simepar
Fechamento desta edição: 11:00 horas
Faça sua assinatura pelo fone (43) 3232-2568: R\$ 40,00 para entrega em Sertãozinho e R\$ 60,00 nos demais municípios, pelos Correios (Edição Comercial - Consultar valores para o Diário Oficial).

Journal da CIDADADE

Fundado em 20 de fevereiro de 2000 • Diretor e Jornalista Responsável Getúlio V Soares • Registro Profissional MTB 10776/PR
Segunda-Feira, 15 de Julho de 2019 • ANO XIX • Edição N.º. 1927 • R\$ 1,50

SOJA - SACA 60 kg	
Dia	Preço
15/07/19.....	R\$ 67,00
MILHO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
15/07/19.....	R\$ 28,50
TRIGO - SACA 60 kg	
Dia	Preço
15/07/19.....	R\$ 46,50

Fonte: Deral/Seab

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 29 anos

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 29 anos neste sábado (13). Uma revolução na garantia de direitos para a infância e a juventude, o Estatuto promoveu ao longo deste

período avanços fundamentais na defesa dos brasileiros e brasileiras de até 18 anos.

“O ECA introduziu vários avanços fundamentais, como a ampliação do acesso de

crianças e jovens em escolas, a criação de Conselhos Tutelares e de Varas da Infância e Juventude, a instituição de programas de enfrentamento à exploração sexual e ao trabalho

infantil”, diz o secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho, Ney Leprevost. Ele destaca que a defesa das crianças e adolescentes é uma das principais prioridades do governo Ratinho Junior.

Para Renann Ferreira, presidente do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma legislação exemplar, ao menos no papel, mas é preciso que a sociedade seja vigilante para que seja colocada em prática. “É preciso que as políticas públicas nele previstas se concretizem”, afirma, acrescentando que os conselhos de direitos possuem papel fundamental para que as previsões estatutárias se cumpram.

“É preciso que o controle social seja exercido de fato, nos conselhos municipal, estadual e nacional”, diz Renann. Ele lembra o relato de Berclaz e Moura, que afirma que muitos conselhos sofrem da chamada Síndrome de Peter Pan. “Possuem medo de crescer e assumir suas responsabilidades: cobrar o poder público sobre a garantia

da absoluta prioridade na efetivação dos direitos”.

MARCO – Para a chefe do Departamento de Políticas para Criança e Adolescente da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho, Angela Mendonça, o ECA é um marco para a infância porque estabeleceu a criança como sujeito de direito. “Esta lei prevê claramente as atribuições do Estado, da família e da sociedade como garantia para crianças e adolescentes alcançarem seus direitos plenamente”, enfatiza. Ela afirma que o Estatuto é uma lei extensiva a todas as crianças e adolescentes sem distinção de qualquer natureza - ou seja, meninos e meninas de diferentes etnias, condição social e de desenvolvimento e origem, prevendo proteção integral a todos.

Angela Mendonça acrescenta, ainda, a importância do ECA na criação de instituições típicas de momentos

democráticos, como os conselhos de direito e os tutelares, compostos por representantes da sociedade civil que, junto com o estado, passa a estabelecer a política para a infância em toda a sua amplitude, as políticas básicas e especial e também o fundo da infância que é um instrumento para que se aporte recursos públicos e privados. “Um país só será de fato um país de vanguarda e progressista e bom para todos, se for extremamente bom para sua infância e adolescência”.

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, alimentação, educação, ao esporte e lazer, profissionalização, cultura, dignidade, ao respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária”, finaliza o secretário Ney Leprevost.



Governo assegura reajuste e põe fim à greve no serviço público

O governador Carlos Massa Ratinho Junior anunciou na sexta-feira (12) o fim do movimento grevista realizado por parte dos servidores estaduais. Ele confirmou a implantação da data-base, com a primeira parcela de 2% liberada em janeiro de 2020. No total, o Estado vai pagar 5,08% de reposição.

Com a formalização da proposta deve haver a reposição de aulas na rede estadual, principal serviço público prejudicado pela ação

de movimentos grevistas. O trabalho deverá ser realizado durante o período de recesso escolar. Caso não haja reposição de horas e aulas, haverá aplicação de faltas, com desconto em folha dos dias parados.

Ratinho Junior reafirmou que o Estado está fazendo um grande esforço para honrar o compromisso de implantação da data-base. O governador lembra que houve queda do PIB no primeiro trimestre, além de redução de

receitas de impostos e de transferências federais neste ano. Somente o IPVA contabiliza inadimplência de R\$ 700 milhões.

CONCURSOS - A proposta apresentada pelo governador confirma a realização de concursos públicos para seleção de 2.560 policiais militares, 400 policiais civis (50 delegados, 50 papiloscopistas e investigadores), 96 peritos e médicos para a Polícia Científica, 1.269 agentes de cadeia, 400 profissionais da Saúde, 80

para a Agência de Defesa Agropecuária e 988 professores.

Também foram previstos concursos para contratação de servidores para o Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), que inclui profissionais para a Administração Direta, para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e para o Teatro Guaíra.



Lista de espera do Fies é automática e estudantes devem ficar atentos

Os estudantes que não foram pré-selecionados na chamada regular do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) devem, a partir de hoje (15), ficar atentos, pois podem, a qualquer momento, ser contemplados com o financiamento.

O acompanhamento deve ser feito pelo site do programa.

Todos os participantes que não foram pré-selecionados serão automaticamente inscritos na lista de espera,

que visa preencher as vagas que ainda não foram ocupadas.

A partir desta segunda-feira, até 23 de agosto, os estudantes poderão ser convocados.

Os candidatos que forem pré-selecionados na lista deverão complementar a inscrição no prazo de três dias úteis, contados do dia subsequente ao da divulgação de sua pré-seleção no FiesSeleção.

A lista de espera vale apenas para os can-

didatos inscritos na modalidade juro zero.

Para a segunda edição do ano, 46,6 mil vagas foram ofertadas em 1.756 instituições de ensino privadas de todo o país nesta modalidade.

Com financiamento a juro zero, o Fies é voltado para estudantes com renda familiar mensal bruta por pessoa de até três salários mínimos.

Para concorrer ao financiamento, o candidato precisa ter feito

qualquer uma das últimas dez edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), ter alcançado média igual ou superior a 450 pontos nas questões e não ter zerado a redação.

A modalidade P-Fies, voltada a estudantes com renda familiar mensal bruta por pessoa de até cinco salários mínimos, não tem lista de espera.

Inscrição postergada
Começa hoje também, e vai até o dia

17, o prazo para os candidatos com inscrição postergada complementarem a inscrição pela internet.

Esses candidatos foram selecionados para receber o financiamento, mas devido ao fato de a conclusão do processo ter ocorrido no meio ou no fim do semestre corrente, escolheram que o início do financiamento se daria apenas no segundo semestre deste ano, adiando a confirmação da inscrição.

